



A organização política das mulheres indígenas do Amapá.

ARIVANETE OLIVEIRA DA SILVA*
JOHNATA DIAS SILVA AZEVEDO COSTA**
VITÓRIA SANTOS ESTEVES***

Acerca da temática indígena, vários assuntos ganham mais visibilidade nos debates acadêmicos. Discute-se política indigenista, educação indígena, representações dos indígenas na sociedade etc. Todos estes e outros incontáveis assuntos configuram, sem dúvidas, pautas importantes para a reflexão sobre a condição dos povos indígenas na sociedade brasileira.

Contudo, uma abordagem que nos parece extremamente importante diz respeito, especificamente, à condição das mulheres indígenas nas próprias sociedades indígenas e na sociedade brasileira atual como um todo, no que concerne à sua atuação política.

Assim, o campo temático em que este trabalho se encontra inserido é o das discussões acerca de gênero, sob o enfoque da história das mulheres, especificamente da mulher indígena e suas práticas sociais que se inserem no campo da experiência da política.

A problemática que norteia nossa discussão se formou a partir de três indagações principais: O que motivou estas mulheres a buscarem maior participação nas decisões tomadas por seus grupos? Como estas mulheres se articulam politicamente? Quais suas principais demandas?

Essas indagações partiram de inquietações motivadas pelo interesse de perceber em que momento da história das comunidades indígenas do Oiapoque as mulheres iniciaram sua inserção no campo das discussões políticas. A discussão proposta pretende refletir sobre a participação dessas mulheres nas decisões de questões importantes para seus grupos, no âmbito da AMIM (Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão) considerando o período de 2002-2006, primeiro mandato do governo Lula, buscando fazer uma síntese da trajetória de criação, objetivos e pautas da instituição.

Acreditamos que a discussão aqui proposta soma-se a outras tantas que configuram esforços para debater questões relacionadas aos povos indígenas brasileiros e, que desta forma, presta pontual serviço ao campo da história, visto que as sociedades indígenas do

* Graduanda em História pela Universidade Federal do Amapá

** Graduando em História pela Universidade Federal do Amapá

*** Graduanda em História pela Universidade Federal do Amapá / Bolsista de iniciação científica Probic/Unifap



Brasil vêm sofrendo desde o início do contato com o europeu enormes transformações do ponto de vista sociocultural.

Acredita-se que as mulheres indígenas, desde o início da história do contato têm sido grandes alvos das políticas dominantes. No século XVIII com o Diretório dos índios⁴, que passou a reger a vida dos indígenas na colônia, as mulheres indígenas tiveram que se sujeitar à união com os portugueses por meio do casamento estimulado pelos artigos 87 e 88 da legislação do Diretório. União esta considerada importante para os planos de colonização da coroa portuguesa, objetivando atenuar conflitos entre os indígenas e os europeus na colônia.

E a opção por trabalhar com a questão das mulheres indígenas se deu pelo fato de que em muitos textos que abordam a temática indígena se percebe um silêncio em relação a estas mulheres. Não sendo bastante pertencer a um grupo que majoritariamente é excluído da história do país para além da colonização, considerado como incapaz de tutelar-se e visto sob um leque de estereótipos, às mulheres indígenas é atribuído um peso a mais pelo simples fato de serem mulheres.

Historicamente as mulheres, em grande medida, foram colocadas à margem dos processos sociais, como se não fizessem parte do conjunto e não tivessem condições de com ele contribuir. Apenas nas últimas décadas do século XX é que começaram a ganhar espaço nos estudos. Nesse sentido, para fomentar a discussão sobre a condição social da mulher na sociedade brasileira, nos interessa dar visibilidade às mulheres indígenas. Prestando assim, contributo pontual aos debates sobre os povos indígenas e ao mesmo tempo sobre as mulheres, dois grupos historicamente marginalizados.

Os recortes selecionados correspondem ao fato de que a AMIM está sediada no Município de Oiapoque, onde habita a maior parte das comunidades indígenas do Estado do Amapá. E o período de 2002 a 2006 nos interessa porque registra que diversos movimentos de representatividade das minorias tiveram uma considerável abertura no diálogo com o governo federal. Havendo a criação de diversas associações, entre elas as associações indígenas.

Nosso estudo é de cunho bibliográfico, contando com um acervo constituído por textos de historiadores e antropólogos, nos quais buscamos satisfazer as indagações da pesquisa. Concluindo que no período de 2002 a 2006 houve um significativo crescimento das associações indígenas por todo o país, mas que o movimento de articulação política das mulheres indígenas do Oiapoque remonta as conquistas alcançadas com a Constituição de 88.

⁴ Mauro César Coelho em A cultura do trabalho: o diretório dos índios e um novo paradigma de colonização na Amazônia do século XVIII, p. 66.



Como reflexo das transformações desencadeadas pelo processo de colonização apresentaram-se novas demandas sociais e culturais que culminaram em movimentos. Nesse sentido, o surgimento das organizações indígenas no Brasil é o resultado da mudança de atitude política dos povos indígenas em face do Estado Nacional colonizador⁵ (...). Conforme Baniwa, outro fator que contribuiu para a multiplicação das organizações indígenas foi o processo de redemocratização do país, iniciado na década de 1980, e os direitos indígenas consagrados na Constituição de 1988.

Assim, conforme nos apontam João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire⁶

Nas últimas décadas do século XX, repercutiram com especial vigor as iniciativas e as demandas indígenas em relação ao território. São mobilizações e estratégias que ainda se conjugam com o regime tutelar, mas que implicam a co-presença de novos atores, formas de ação, temas e prioridades. Como estabelecem um jogo de compulsões próprias e abrem para os índios espaços bem diferentes do que aqueles existentes na política indigenista oficial, devemos considerá-las em separado, como conjuntos articulados de compulsões e estratégias que geram novos modelos organizativos (isto é, formas associativas, papéis e articulações sociais, bem como lemas e bandeiras).

Nesse sentido a organização dos indígenas em associações faz parte de um contexto histórico de mudanças, impulsionado pelas transformações políticas que impactaram a sociedade brasileira no início do Século XX. As quais influenciaram a forma como os indígenas passaram a perceber a sua relação com o Estado, bem como a maneira como passariam a se relacionar com ele, urgindo nesse contexto novas e atuais demandas que se transformariam em pautas de luta.

Azelene Kaingáng⁷ nos aponta que “as décadas de 1980 e 1990 ficaram conhecidas como as décadas da resistência e do surgimento e fortalecimento das organizações indígenas”. Ainda que marcados pelo amplo protagonismo masculino, foi nestas décadas que o movimento das mulheres indígenas foi inspirado. Visto que provocou “nas mulheres um sentimento de esperança”. O que provavelmente foi a mola propulsora para o surgimento das associações de mulheres indígenas. Nesse viés, as mulheres indígenas sentiram necessidade de colocar suas pautas para além daquelas que já eram consenso dentro do movimento.

⁵ BANIWA, Gerssem Luciano dos Santos. Movimento indígena etnopolítico: história de resistência e luta. In: *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. 2006.

⁶ Oliveira, João Pacheco de; Freire, Carlos Augusto da Rocha. *Ensaio de Cidadania Indígena [1988–2006]*. In: *A presença indígena na formação do Brasil*, 2006, p. 87.

⁷ op. cit. p. 416.



Assim, as pautas previstas na agenda de luta das mulheres indígenas brasileiras foram percebidas por muitos grupos indígenas como inéditas e diferenciais. A crescente participação política das mulheres indígenas em organizações e associações vem engrossando o conjunto do movimento indígena brasileiro.

Conforme Azelene⁸ “só recentemente as mulheres indígenas passaram a atuar como militante no movimento indígena”. Ela assinala que, as mudanças trazidas pelas relações entre indígenas e não indígenas ao longo da história fez com que as mulheres de muitos povos indígenas buscassem agregar aos conhecimentos tradicionais aqueles saberes que ajudariam a compreender as complexidades dessas relações. Passando a ter o papel de “reensinar” o que é ser indígena, atuando na afirmação, reafirmação e ressignificação do pertencimento e da identidade indígena. Ela aponta⁹ ainda que

Com o passar dos anos e a mudança inevitável de comportamentos, os povos indígenas começaram a se organizar aos moldes das sociedades não indígenas. O objetivo era criar alianças e se fortalecer para defender o pouco que lhes restava em algumas regiões e proteger o que ainda não havia sido tocado pelo homem não indígena em outras, de difícil acesso como a região Amazônica. As discussões, que já aconteciam de forma localizada, em diferentes realidades, ganharam dimensão maior em torno do objetivo comum.

Ela descreve um panorama em que a organização dos povos indígenas configura o resultado de uma tomada de consciência da condição dos indígenas na sociedade brasileira. Sendo estas instituições consideradas um caminho para a garantia e efetivação de direitos. E com o crescimento das organizações e associações indígenas se percebeu inevitavelmente a tímida participação das mulheres.

A bandeira dos movimentos das mulheres indígenas brasileiras tem início com as discussões acerca da participação política das mulheres nas decisões. Elas começaram a galgar por espaços políticos próprios, discutindo questões relativas à saúde da mulher indígena, direitos reprodutivos e políticas voltadas para esse segmento. Requerendo espaço e maior participação nos debates e proposições.

Azelene enfatiza¹⁰ que as mulheres indígenas começaram a reivindicar espaços para participação e proposição de políticas sociais, como os Conselhos Nacionais, especialmente o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar,

⁸ Depoimento de uma militante. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*, p. 412.

⁹ *Idem*, p. 415-416.

¹⁰ *Ibidem*, p. 416.



entre outros. Passando pelas discussões acerca de demarcação de terras, saúde e educação para as populações indígenas.

Conforme nos fala Ariana Santos¹¹ “a intensidade do movimento indígena no Brasil teve início na década de 1970, quando as grandes lideranças resolveram se unir e lutar pela garantia dos direitos indígenas”, foi nesta década que o movimento indígena inicia sua trajetória de articulação e reivindicações, crescendo e se fortalecendo cada vez mais. Tendo como principal preocupação a luta pela demarcação das terras.

A partir da experiência do movimento indígena, no qual as mulheres caminhavam junto para apoiar a luta dos seus povos, elas começaram a reivindicar por mais espaço nas discussões políticas, colocando pautas específicas voltadas às suas necessidades, galgando um espaço de maior representatividade para colocar suas questões.

O antropólogo Luiz Roberto de Paula¹² afirma que “A maioria das associações indígenas marcadamente de gênero começou a surgir na segunda metade da década de 1990”. Nessa perspectiva, o surgimento da AMIM configura o resultado de um processo político que já vinha se desenvolvendo no contexto nacional e regional no Brasil.

Ariana dos Santos¹³, que escreve a partir de uma perspectiva interna, visto que é integrante do movimento das mulheres indígenas do Oiapoque, no Amapá, analisando o *Jornal de circulação do CIMI*, salienta que

Durante as assembleias nacionais eram discutidos os principais problemas enfrentados pelos povos indígenas de todo Brasil, sendo que foi a partir das assembleias em nível nacional que os povos indígenas começaram a se organizar politicamente em busca de garantia de seus direitos, o que acabou resultando com êxito na nova Constituição Federal de 1988, onde foram assegurados vários direitos aos povos indígenas do Brasil, conforme destacado no tópico anterior.

Nesse sentido, na região do Oiapoque o início do movimento indígena se deu a partir a realização dessas assembleias. Ariana aponta que no Oiapoque, situado no norte do Amapá, estão localizadas três terras indígenas: Uaçá, Juminã, e Galibi, homologadas entre as décadas de 80 e 90, nas quais habitam os grupos indígenas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi Kaliña, que juntos somam 39 aldeias, onde vivem cerca de sete mil índios. A organização desses grupos teve início na década de 1970, cuja preocupação principal era em

¹¹ Em seu trabalho de conclusão da Licenciatura Intercultural Indígena, da UNIFAP, intitulado *As índias vão à luta: a trajetória da associação das mulheres indígenas em mutirão e sua contribuição para o movimento indígena do baixo Oiapoque*, apresentado em 2015.

¹² In: VERDUM, Ricardo. *Mulheres indígenas: direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc, 2008, p. 56.

¹³ Idem. p. 18.



relação à terra, visto que ainda não se encontravam demarcadas e sofriam com constantes invasões.

Nesse sentido, existem interesses comuns entre esses grupos que configuram pautas de luta de todos. Entretanto, existem outras pautas específicas à necessidade de cada grupo. Nesse viés, surge o movimento de mulheres do Oiapoque, que embora as participantes pertençam a grupos distintos, elas compartilham interesses comuns.

É nesse contexto que surge a AMIM (Associação de Mulheres indígenas em Mutirão), cuja criação data de 2006. A associação está sediada em Oiapoque, e resulta da experiência de encontros de mulheres da região. Nesses encontros, as mulheres conversavam sobre seus problemas familiares e trabalhos do dia-a-dia.

Na época, segundo Ariana dos Santos, as mulheres indígenas não tinham intenção de fundar uma associação, isso se iniciou por incentivo de um servidor da FUNAI. A partir dessa ideia, elas resolveram se reunir em uma grande assembleia geral em Oiapoque e conversar sobre a possibilidade de criação de uma associação. Após isso, aprovaram o estatuto da instituição e nomearam os membros da diretoria e do conselho fiscal. Traçando como objetivos: promover o respeito e a valorização das mulheres indígenas através da participação nos conselhos comunitários.

O Mensageiro, criado em 1979, é uma revista de informação e intercâmbio a serviço dos Povos Indígenas, produzido pelos próprios indígenas e editado pelo CIMI- Conselho Indigenista Missionário e o boletim *Porantim*, que é organizado e publicado pelo CIMI, são dois instrumentos importantes para a veiculação de informações sobre os indígenas e para os indígenas. As matérias trazem ricas informações sobre o andamento de questões de interesse para o movimento indígena brasileiro.

Conforme o “O Mensageiro” (1997), foi a partir das assembleias de lideranças indígenas que iniciaram em 1974, idealizadas pelo CIMI, mas que depois foram assumidas pelos próprios índios, que vários povos, que não tinham contatos entre si, passaram a socializar seus problemas e descobrir formas articuladas para solucioná-los.

Assim como para outros povos indígenas de outras regiões, a década de 1980 foi ímpar para os indígenas do Amapá. Foi a partir das garantias previstas na Constituição de 88 que se intensificou no Oiapoque a movimentação dos indígenas, em prol da demarcação de suas terras, o que levou no início da década de 1990 à criação da Associação dos Povos Indígenas



do Oiapoque-APIO¹⁴. Fundada em 1992, a APIO foi a primeira organização indígena da região, e a partir daí outras associações surgiram, entre as quais a AMIM.

O nascedouro da AMIM rememora o contato das mulheres indígenas com a Missionária do CIMI Rebeca Spires, nos anos 80¹⁵, cujo trabalho com as mulheres almejava a participação dentro do movimento indígena, além da oferta de cursos de corte e costura.

Conforme apurado por Ariana Santos¹⁶ em sua pesquisa, o objetivo maior da criação da AMIM se deve à necessidade de participação das mulheres nas reuniões e assembleias promovidas pelo movimento indígena da região. As mulheres queixavam-se de não ter oportunidade e direito de opinar nas decisões tomadas.

Segundo as informações encontradas no Site do Iepé¹⁷ sobre a Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão-AMIM, a criação da associação em meados de 2006, se deu por iniciativa das próprias mulheres indígenas, com vistas à contribuição na luta pelos direitos dos povos indígenas, bem como para poderem ter representatividade e serem ouvidas também como interlocutoras do movimento de luta dos povos indígenas, advogando pela causa das mulheres. E na fala das fundadoras ao apresentarem o histórico da associação ao público por ocasião da IV Assembleia da instituição realizada nos dias 22 e 23 de outubro de 2016, se ouviu que as mulheres indígenas, a partir da criação da associação, têm o mesmo papel de um homem líder indígena, podendo opinar nas tomadas de decisões que dizem respeito aos povos indígenas da região.

De 2006 para cá inúmeros eventos envolvendo as mulheres indígenas do Amapá foram promovidos. Dentre os quais destaca-se o I Encontro de Mulheres Indígenas do Amapá e Norte do Pará que aconteceu em outubro de 2014, em Macapá, no Centro Diocesano tendo como temática a gestão territorial, contando com a participação de mais de 50 representantes dos povos Wajãpi, Tiriyó, Kaxuyana, Apalai, Wayana, Karipuna, Galibi e Palikur.

A temática do evento corresponde à assertiva de que

as mulheres indígenas “desempenham um papel essencial nos processos de gestão territorial, por meio de seu envolvimento no cultivo de roças, na preparação dos alimentos, na transmissão de saberes para as novas gerações, e, mais recentemente, nas discussões sobre elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs)” (Iepé, 20016).

Assim, o objetivo que norteou o evento foi criar um espaço de reflexão sobre o papel das mulheres na gestão das Terras Indígenas do Amapá e Norte do Pará. Esse I Encontro foi

¹⁴ Ariana Santos, op. cit. p.19

¹⁵ Idem, p. 24

¹⁶ Idem, p. 27

¹⁷ Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. <http://www.institutoiepe.org.br/>



promovido pelo Iepé, em parceria com as organizações indígenas da região, contando com apoio da Embaixada da Noruega.

Outro evento marcante para a agenda de luta das mulheres indígenas foi o II Encontro de Mulheres Indígenas do Amapá e Norte do Pará que aconteceu em outubro de 2016, em que a temática foi Alimentação, Práticas agrícolas e Gestão Territorial, contando com a participação de mais de cinco dezenas de mulheres representando o Amapá e o Norte do Pará.

Do Oiapoque, participantes dos grupos Galibi, Galibi-Marworno, Karipuna e Palikur; do Tumucumaque, Wayana, Aparai, Tiriyo, Katxuyana e Txikyana; além das mulheres Wajãpi. Estiveram presentes também representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), da Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), da Associação dos Povos Indígenas Kaxuyana, Kahyana e Tunayana (AIKATUK), da Associação das Mulheres Indígenas da Região do Município de Oriximiná (AMIRMO), da Rede de Cooperação Amazônica (RCA), da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), da Organização Geral dos Mayurúna (OGM), do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e da Associação Yamurikumã das Mulheres do Xingu.

As participantes eram parteiras, professoras, lideranças cacicas, pesquisadoras, agentes de saúde, agentes socioambientais, mas em comum elas tinham o fato de serem mulheres indígenas que compartilhavam as mesmas preocupações, atentando para o seu papel no dia-a-dia de suas comunidades. Foi mais um evento promovido pelo Iepé, em parceria com a FUNAI, e novamente apoiado pela Embaixada da Noruega.

Seguindo a agenda de compromissos instituídos para a luta das mulheres indígenas do Amapá, no âmbito da AMIM, é que se realizou a IV Assembleia da instituição, em outubro de 2016, na aldeia do Manga, na Terra Indígena Uaçá, no município de Oiapoque/AP, da qual participaram aproximadamente 170 mulheres das etnias Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi Kali'na.

Conforme as informações encontradas no Site do Instituto de Estudos e Pesquisas Indígenas-Iepé, as participantes eram de variadas idades e habitantes das regiões do baixo Oiapoque. Esse evento também contou com a participação de várias lideranças indígenas, de caciques e representantes de órgãos governamentais e entidades ligados à causa indígena.

As discussões travadas passaram por várias temáticas, tendo como destaque principal: o papel da AMIM, dando enfoque para questões pontuais como: a participação da mulher no Movimento Indígena; o fortalecimento das organizações das mulheres indígenas; a



importância da união, organização e articulação entre as mulheres indígenas na busca por direitos. “A AMIM é a única associação que representa os quatro povos indígenas do Baixo Oiapoque” (Iepé, 2016). Em suma o evento se dedicou a discutir o trabalho das mulheres para a garantia de direitos para a comunidade.

Essa assembleia foi a culminância das reuniões regionais de fortalecimento institucional que foram realizadas nas aldeias no mês anterior ao evento, ou seja, ocorreram durante o mês de setembro de 2016. Sendo que o foco mais importante do evento foi a reestruturação da associação, visando o seu fortalecimento por meio do reforço sobre a importância de sua existência para a luta dos povos indígenas do Amapá, bem como da articulação e do papel das mulheres indígenas no movimento. Na ocasião, foi aprovada a reforma do estatuto da associação e houve a admissão de novas associadas.

Uma informação chama bastante atenção sobre a AMIM, conforme o que foi registrado sobre a fala das fundadoras neste evento e, publicado no site do Iepé, as mulheres mais velhas tiveram um papel fundamental para a manutenção da associação. Percebe-se que estas buscavam a conquista de espaço dentro do grupo. Verifica-se também que as mulheres mais jovens ainda estão em minoria na composição da associação, sendo convidadas a participarem do movimento.

Esses encontros parecem assumir uma importância ímpar dentro do Movimento Indígena brasileiro, e principalmente no contexto amazônico, visto que configuram um espaço privilegiado para o intercâmbio de experiências de vida e de luta das mulheres indígenas, considerando que neles elas tem a oportunidade de entrar em contato com as realidades das mulheres de outros povos, percebendo similaridades e diferenças entre as concepções de mulher e de seu papel em cada povo. Além do que, a partir dessas observações elas podem pensar sobre si mesmas, sobre sua realidade dentro de sua comunidade, além de coletar subsídios para poderem avaliar a realidade de seus territórios e a condição de seu povo diante do cenário local, regional e nacional no que concerne a luta dos povos indígenas brasileiros.

Uma questão interessante sobre o movimento de mulheres indígenas, vivenciado a partir da AMIM, é o fato de contar com o apoio, em grande medida, dos homens das comunidades das quais estas mulheres fazem parte. Em especial, neste evento eles ficaram encarregados do preparo das refeições servidas, com o compromisso de oferecerem apenas pratos regionais, típicos da culinária indígena.



A partir dos anos 2000, foi notório o surgimento de diversas associações indígenas. No tocante à questão da abertura do diálogo entre os povos indígenas e o governo federal, principalmente a partir de 2002, foi registrado por Lima e Hoffman¹⁸ que

Os indígenas são, também, portadores da consciência acerca do peso do sistema de preconceitos que incide sobre eles (...) em razão dessa trama de estereótipos, verdadeiras narrativas historicamente são construídas ao seu redor. Parte dos efeitos dessa trama é reduzir a rica diversidade de seus modos de viver (...) único e genérico, que todos nós brasileiros, negros, brancos, filhos de imigrantes, supomos conhecer – “o índio”.

E suas organizações, certamente, são um reflexo da luta travada na tentativa de superação desses estigmas. Escrevendo acerca das *Bases novas para uma política indigenista: o que esperamos do governo lula a partir de janeiro/2003*, os dois analistas enfatizam que

Em resposta a uma intensa e eficiente mobilização dos indígenas e de entidades da sociedade civil, a Constituição Federal de 1988 definiu um novo patamar para o relacionamento entre os povos indígenas (...) e o Estado Brasileiro. Pela primeira vez na história das constituições brasileiras as preocupações com os povos e culturas indígenas saíram da condição de dispositivos isolados para vir a articular-se em um capítulo específico (...).

E argumentam que,

Na busca por reverter essa situação de precarização e falência institucional a política indigenista do Governo Lula foi pensada em regime de urgência, buscando assegurar garantias de efetivação dos direitos e conquistas dos povos indígenas consagrados na CF/88. O princípio da participação paritária indígena em todos os fóruns e instâncias que afetam diretamente seu destino deve ser um dos norteadores da ação do novo governo. Para efetivá-lo, o governo eleito deve disponibilizar recursos para a mobilização dos povos indígenas no exercício da participação democrática, tendo como principal interlocutor o movimento indígena organizado.

Uma nova postura na relação Estado/Povos Indígenas deve ser marcada por atos concretos, deixando claro o compromisso do governo eleito com o caráter compensatório da política indigenista já nos primeiros cem dias de mandato. Assim, o governo eleito deverá tomar as providências necessárias para que avance o processo de regularização dos direitos dos povos indígenas no Brasil, com a imediata homologação e delimitação de terras indígenas em todos os processos ora aguardando aprovação do Ministério da Justiça ou da Presidência da República. A situação de alguns povos indígenas revela-se especialmente dramática, exigindo providências imediatas, tais como o estabelecimento de termos de convivência entre militares e indígenas nas terras situadas na faixa de fronteira, nos estados de Roraima e Amazonas.

Em resumo, o documento registra que O *Programa Diversidade na Universidade*,

¹⁸ LIMA, Antônio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso [orgs.]. Seminário Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil: Políticas Públicas de Ação Afirmativa e Direitos Culturais Diferenciados. p. 17

instituído pela Lei 10.558, de 13 de novembro de 2002, como um legado da Conferência de Durban, embora ainda se reporte à gestão de Fernando Henrique Cardoso, foi executado de maneira plena no Governo Lula. O programa foi operado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e previa a formulação e planejamento de políticas governamentais para o ensino médio para estudantes indígenas, políticas de formação universitária para professores indígenas, formação de profissionais em outras áreas, garantir o acesso e permanência dos estudantes indígenas nas instituições de ensino superior.

Segundo os organizadores do documento, com a entrada do governo Lula, ainda na gestão de Cristóvão Buarque, o Ministério da Educação, tentando estruturar ações de governo para atender a exigência da educação escolar indígena, satisfazer a necessidade de formação de professores indígenas criou uma equipe de trabalho na Secretaria de Educação Superior (SESU), contando com a participação de organizações indígenas, de ONGs, da FUNAI e de universidades.

Mas foi quando Tarso Genro assumiu a pasta da educação, à frente deste Ministério, que as ações foram de fato encaminhadas de maneira mais orgânica e específica. Soma-se a isso a contratação de Renata Gérard Bondim via UNESCO, como consultora para estruturar um programa de ações para a educação superior de indígenas apresentado no Seminário *Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil: Políticas Públicas de Ação Afirmativa e direitos culturais diferenciados*, ocorrido em 2004, em Brasília, no qual o enfoque do debate foi a meta governamental de formar professores indígenas.

A criação da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade - SECAD, dentro do MEC, retirou da esfera da educação fundamental e organizou a educação escolar indígena sob a forma de uma Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena, reestruturando a Comissão Nacional de Professores Indígenas enquanto Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, voltada as demandas da população indígena visando ao atendimento do programa *Diversidade na Universidade*.

Esta Comissão Geral de Educação Escolar Indígena- CGEEI assumiu duas ações principais: O lançamento do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas, voltado a formar em nível superior professores indígenas e outros profissionais indígenas em outro cursos; E o fortalecimento do sistema de cotas, com vistas a garantia de entrada e permanência dos indígenas nas universidades, visto que anterior à esse sistema registra-se a entrada de pouquíssimos indígenas nas instituições públicas de ensino superior.

Naquele período, os autores já apontavam que era necessário rever as estruturas



universitárias mais radicalmente, pensando nas carreiras universitárias, no currículo e na abertura de novas áreas de pesquisa e na burocracia que, muitas vezes, configuravam entraves para efetivação das ações, atentando para as especificidades socioculturais dos indígenas. Trabalhando para a valorização e o fortalecimento étnico e cultural destes povos.

Lima e Hoffman, já citados acima, afirmam que em 2004, no Brasil, os debates que se travavam a cerca das ações afirmativas enfocavam, em grande medida, demandas relacionadas à questão dos negros no país, demonstrando pouca atenção às questões e especificidades dos povos indígenas. Vale frisar que a questão do ensino superior não assumia o topo das preocupações dos povos indígenas brasileiros, a grande preocupação sempre foi o reconhecimento e a manutenção da terra, dos seus territórios, assegurando a subsistência de seus povos.

Assim, o movimento indígena, dos anos 1980 em diante, procurou lutar para assumir o termo genérico *índio* como status jurídico e, reafirmar muitas de suas autodesignações, que até aquele momento, eram pouco referenciadas quer no cotidiano desses povos, quer na literatura antropológica. A Convenção 169 da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), da qual apenas em 2003 o Brasil se tornou formalmente signatário, configura um referencial para esse processo.

Conforme Gersem Baniwa¹⁹, o único saldo positivo do primeiro governo Lula se encontra no campo jurídico, com a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), importante por sua inovação para a jurisprudência brasileira no tocante aos direitos indígenas ao reconhecer-lhes a denominação de povos e ao determinar a necessidade de consulta e consentimento prévio em tudo que lhes dizem respeito.

Segundo Gersem Baniwa, a histórica chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República foi esperada com bastante entusiasmo por muitos grupos integrantes do movimento indígena brasileiro, levando maciçamente o grupo a apoiar esta eleição, dada as propostas do partido voltadas aos interesses dos indígenas, propagandeadas durante a campanha eleitoral. No entanto, a morosidade na iniciação das negociações com o grupo e o não cumprimento de muitos compromissos assumidos durante o pleito eleitoral despertaram nos indígenas um sentimento de decepção e dúvida.

Fazendo um balanço dos primeiros quatro anos da gestão de Lula na presidência da República, Baniwa afirma que os avanços com relação à questão dos povos indígenas

¹⁹ *Expectativas do movimento indígena no cenário atual*. 2007.



restringissem a apenas algumas ações limitadas e pontuais no que tange ao impacto frente às demandas dos povos indígenas. Ele aponta que a adoção de estratégias erradas “não contribuíram para o aperfeiçoamento das políticas em curso”.

Aponta ainda que em muitas ações, as estratégias adotadas se prestaram a “confundir e fragilizar a luta dos povos e do movimento indígena”, a exemplo a incorporação, a partir do terceiro escalão da FUNAI, de

Lideranças indígenas dissociadas do movimento e das comunidades indígenas, que mais serviram para legitimar as políticas e ações do governo, além de produzir novos grupos corporativos de índios que lutam a todo custo por seus interesses privados (...), aumentando consideravelmente os guetos de disputas internas que inviabilizam qualquer possibilidade de mudanças macroestruturais da instituição tão necessárias e urgentes.

Além disso, outra contradição nas estratégias adotadas pela primeira gestão do governo Lula diz respeito à ampliação dos espaços de participação social das políticas públicas voltadas aos indígenas. Visto que a partir desta premissa foram criados inúmeros conselhos, comissões, conferências contando com a participação de representantes dos povos indígenas, contudo esses espaços de organização não foram levados a sério pelo governo, considerando que no que tange ao planejamento de políticas públicas e ações voltadas aos povos indígenas essas organizações não tiveram efetividade, foram neutralizadas quando da tomada de decisões e acabaram por ter seu papel esvaziado. E isso fez com que muitos representantes de comunidades indígenas fossem desprestigiados diante de sua comunidade, por conta de não trazerem respostas para as demandas apontadas.

Na avaliação de Baniwa sobre este período do governo Lula, o saldo positivo alcançado pela ratificação da Convenção 169 da OIT sofria grande prejuízo com a não aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que deveria regulamentar os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e na própria Convenção 169/OIT.

Para ele, os poucos avanços foram no campo da educação com os cursos de licenciaturas interculturais para professores indígenas, na época apenas quatro, nas instituições (UFRR, UFMG, UEA e UFGD) e as políticas de quotas nas universidades, com algumas bolsas de estudos espalhados entre vários órgãos do MEC, da FUNAI, da FUNASA e de governos estaduais, mas sem garantia de continuidade ou articulação entre si, sendo insuficientes para assegurar a permanência dos estudantes indígenas nas universidades.

Segundo ele, os dados deste período do Governo Lula 2002-2006 evidenciam que no que tange aos direitos indígenas não há motivo para comemoração. Visto que o número de terras indígenas regularizadas foi bem menor se comparada à média registrada nos anos



anteriores. E se nessa conta for considerada a extensão total regularizada e o número de GT's constituídos para atuarem no trabalho de regularização de terras. Sem falar, que se identifica um retrocesso no processo de inclusão de novas terras reivindicadas por povos indígenas na listagem da FUNAI. Registrando-se um aumento dos conflitos entre indígenas e invasores de terras indígenas, inclusive com assassinatos de lideranças indígenas.

Baniwa afirma que neste período, não houve nenhum investimento na capacitação dos conselheiros indígenas e das organizações indígenas para exercerem seus papéis, funções e responsabilidades de forma qualificada, o que causou prejuízos ao andamento das demandas das comunidades. Ele avalia que neste período, 2002-2006, “podem-se computar algumas ações localizadas e muito limitadas na sua abrangência”.

Na sua análise, a educação escolar indígena estagnou, não apresentando saldo positivo e melhoras na qualidade dos serviços e das políticas. As escolas apresentaram deficiências em questões como infraestrutura, material didático, merenda escolar e professores indígenas.

Baniwa enfatiza que a sensação de desconfiança dos povos indígenas com o governo Lula, neste período, foi amenizada pelo progresso na capacidade de luta, de ação e reação destes povos e de suas organizações. Fazendo-os depositar a confiança não mais no chefe de estado, mas na “própria força e capacidade de resistência, mobilização e de luta dos povos indígenas e seus aliados históricos para impedir as tentativas de retrocesso que ameaçam os direitos indígenas”. E conclui que o primeiro governo Lula “ficou muito aquém das expectativas, sem nenhuma mudança positiva e significativa no tocante aos direitos dos povos indígenas”.

Considerações Finais

Acreditamos que a discussão aqui proposta soma-se a outras tantas que configuram esforços para debater questões relacionadas aos povos indígenas brasileiros e, que desta forma, presta pontual serviço ao campo da história. Considerando o silêncio que se faz diante das questões das mulheres e, principalmente das mulheres indígenas. Nesse sentido urge discutir a atuação da mulher indígena para o movimento indígena atual.

Assim, mediante as discussões presentes no acervo analisado, percebemos que a partir da Constituição de 1988, os povos indígenas tiveram um ganho fundamental do ponto de vista jurídico. A entrada do governo Lula, 2002 a 2006, embora registre uma maior abertura no diálogo com os povos indígenas, com discurso de alavancar as questões relativas à educação, saúde e demarcação de territórios indígenas, conseguiu o alcance de avanços muito tímidos no



que tange às expectativas das pautas do movimento indígena brasileiro, não conseguindo efetivar as conquistas mais esperadas pelos indígenas.

É fato que conseguiu planejar políticas focadas aos interesses dos indígenas, principalmente na área da educação, com os cursos de licenciatura Intercultural indígena, abrindo espaço para a chegada dos indígenas nas universidades. Entretanto, essa dinâmica que se deu no nível federal, não foi seguida a níveis estaduais e municipais, contribuindo para uma efetivação plena das políticas.

Assim, concluímos que no período de 2002 a 2006 houve um significativo crescimento das associações indígenas por todo o país, inclusive de mulheres indígenas. Mas que o movimento de articulação política das mulheres indígenas do Oiapoque, está para além desse período, remonta as conquistas alcançadas com a Constituição de 88.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, Gersem Luciano dos Santos. *Expectativas do movimento indígena no cenário atual*. 2007. Disponível em: <http://www.abant.org.br>;
- BANIWA, Gersem Luciano dos Santos. Movimento indígena etnopolítico: história de resistência e luta. p. 56-85. In: *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje (COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS)*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006;
- COLEHO, Mauro César. A cultura do trabalho: o Diretório dos índios e um novo paradigma de colonização na Amazônia do século XVIII. In: QUEIROZ, Jonas Marçal. *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, pp 200;
- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena- Iepé. *II Encontro de Mulheres Indígenas do Amapá*. Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br>;
- LIMA, Antônio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso [orgs.]. *Seminário Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil: Políticas Públicas de Ação Afirmativa e Direitos Culturais Diferenciados*. Departamento de Antropologia/Museu Nacional-UFRJ; FAPERJ; CNPq. Rio de Janeiro: maio de 2007.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Ensaio de Cidadania Indígena [1988–2006], p. 187-199. In: *A presença indígena na formação do Brasil*. (COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006;
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016;
- SANTOS, Ariana dos. As índias vão à luta: a trajetória da associação das mulheres indígenas em mutirão e sua contribuição para o movimento indígena do baixo Oiapoque. Licenciatura Intercultural Indígena. Oiapoque/AP/ UNIFAP, 2015;
- VERDUM, Ricardo. *Mulheres indígenas: direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc, 2008.